

Autor: Rômulo Pizzolatti

Desembargador Federal do Tribunal

Regional Federal da 4ª Região

Publicado na Edição 25 - 29.08.2008

As palavras são como a moeda. Quando há muita emissão de moeda, vem a inflação e a moeda perde o seu valor. Palavras usadas em excesso também são corroídas pela inflação. Assim aconteceu com as palavras “social”, “democrático”, “liberdade”, “cidadania” e, mais recentemente, “republicano” – adjetivo derivado de república. Tanto se usou esse adjetivo, nos últimos tempos, que ele, tal como a palavra de que se origina, república, perdeu seu significado original. Vale para tudo e já não vale mais nada.

Ora, a palavra “república”, tal como foi posta na nossa primeira Constituição “republicana”, de 1891, redigida por Rui Barbosa, além de altissonante era potente e precisa no significado. Não era uma simples palavra, era uma bandeira. “Abolir os privilégios de todo o gênero” – esse o seu programa.

Passados alguns anos do início da vigência da nossa primeira Constituição “republicana”, esse grande escritor que foi Lima Barreto denunciava, em crônicas publicadas na imprensa, que o projeto “republicano” de **abolição** dos privilégios de todo o gênero descambara em **ampliação** dos privilégios de todo o gênero. Nessas sátiras – depois da sua morte publicadas em livro sob o título “Os bruzundangas”, hoje no domínio público e disponíveis em www.dominiopublico.gov.br –, denominou, sugestivamente, a república à brasileira de “A República dos Estados Unidos da Bruzundanga”.

Infelizmente, Lima foi um incompreendido. A obstinada campanha que moveu contra os privilégios instituídos pela novel República – depois, pelos seus vícios, chamada de “República Velha”, até porque, mais recentemente, houve uma “Nova República”, que reproduziu os vícios da “Velha” – não fez eco. Não foi ele entendido pelos leitores da época e não é entendido hoje nem pelos juristas.

Sim, não é entendido nem pelos juristas. Porque Lima, há quase cem anos, entre outros privilégios instituídos na República dos Estados Unidos da Bruzundanga, apontava o da prisão especial para os portadores de diploma de curso superior. “O nobre doutor”, dizia ele, “tem prisão especial mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Ele não pode ser preso como qualquer do povo. Os

regulamentos rezam isto, apesar da Constituição, etc., etc.” (Os Bruzundangas, Cap. II – A Nobreza de Bruzundanga). Eis que ainda hoje os nossos juristas e tribunais entendem que a prisão especial é um “direito”, porque está na lei.

Embora não fosse bacharel em direito nem tivesse nenhum curso superior, Lima entendia mais de Direito do que os próprios juristas. Ele sabia, como pensador que era, distinguir nitidamente entre (a) os benefícios outorgados a grupos minoritários, por meio da lei formal, e que jamais seriam aprovados pela maioria da sociedade, se ela, devidamente esclarecida, fosse chamada a dar sua aprovação, e (b) os benefícios reconhecidos pela maioria da sociedade a grupos minoritários, em razão da necessidade de tratamento especial, como ocorre com os deficientes, as crianças e os adolescentes, os idosos et alii, ou com fundamento em responsabilidades correspondentes, do que são exemplo as prerrogativas da magistratura (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio). No primeiro caso, há **privilégio**; no segundo, **direito**. Logicamente, um privilégio não se transubstancia em direito por ser envasado na lei formal, do mesmo modo que a água tirada de uma jarra **d’água** não se transforma em vinho quando posta num cálice **de vinho**.

Ao lado da prisão especial e de outras regalias denunciadas por Lima, as nossas sucessivas repúblicas foram dilatando os privilégios. Tudo dentro da lei. Como a Lei é equiparada ao Direito, os privilégios são vistos como direitos. Toda a nossa legislação está inçada de privilégios. Privilégios tributários, privilégios trabalhistas, privilégios funcionais, privilégios eleitorais...

E privilégios previdenciários, obviamente. Porque é antiqüíssimo o nosso pendor ao amparo do Estado. Que, por sua vez, ampara uns (mais que outros) com recursos sacados do bolso de todos. Vejamos como é instituído um desses privilégios pela legislação, apesar de a Constituição dar comando contrário. O texto constitucional de 1988 estabelece que têm direito à pensão por morte do segurado (segurado homem ou segurado mulher) o seu cônjuge (se casado) ou companheiro (se houver apenas união estável) e **dependentes** (Constituição Federal, art. 201, inciso V). Aplicou à pensão por morte a regra fundamental, que abre o título dos Direitos e Garantias Fundamentais, de que “todos são iguais perante a lei” (Const. Federal, art. 5º, parte inicial). Assim, conforme a Constituição, tanto o homem quanto a mulher podem ser beneficiários de pensão por morte, ao lado dos dependentes, basicamente os filhos menores ou inválidos, que os pais (independentemente do sexo) têm por obrigação legal e dever moral sustentar. A legislação previdenciária (tanto a do regime geral de previdência social, quanto a dos regimes próprios dos funcionários públicos), todavia, equiparou o cônjuge ou companheiro(a) aos dependentes, a que se refere a Constituição, e a

uns e outros outorga o direito de pensão sem necessidade de os primeiros comprovarem dependência econômica. Criou-se, então, um privilégio. Porque a pensão por morte, financiada com recursos **de toda a sociedade** (segundo a própria Constituição, art. 195), é o **direito** que têm os dependentes de serem amparados no caso de morte da pessoa de quem dependiam economicamente, mas será **privilégio** caso seja deferida a alguém que dela não necessite, por possuir atividade remunerada com a qual pode prover com dignidade à sua subsistência e à de sua família, e que, se receber a pensão nesse último caso, terá um acréscimo injustificado de renda, a expensas da sociedade.

Assim se instituem, pela via da lei, os privilégios. Alguns grupos minoritários são favorecidos, sem que haja justificativa nos fatos. Se a maioria da sociedade, que está excluída do benefício, fosse esclarecida sobre o caso e se lhe fosse pedida a aprovação, fatalmente a negaria. Como a maioria da sociedade não é esclarecida, mas aprova os favores, por obra do sistema representativo, tem-se a falsa impressão de que os grupos minoritários obtiveram os favores legitimamente à maioria e que, portanto, têm “direito”.

É fácil instituir privilégios, o problema é suprimi-los. Aparentemente, não seria difícil, pois no Brasil os juízes e tribunais são dotados do formidável poder de controle da constitucionalidade das leis. Uma lei que institui um privilégio é inconstitucional, no âmbito da República, cujo lema é “todos são iguais perante a lei”. Entre nós, a declaração de inconstitucionalidade pode ser pedida, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, por órgãos estatais (Ministério Público e outros) e até por um órgão público não-estatal, ao qual foi conferida legitimidade para a defesa da Constituição, dos direitos humanos e da ordem jurídica do Estado democrático de direito, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Também pode ser pedida, no âmbito dos processos, pelas partes ou mesmo declarada de ofício pelo juiz ou pelo tribunal.

A dificuldade está em que a simples atribuição de competência a determinados órgãos para postular e a outros para declarar a inconstitucionalidade de uma lei instituidora de privilégio não supre a coragem e a ousadia indispensáveis para repelir a tradição e o que a opinião dominante entende como “politicamente correto”. Alguns privilégios têm por si a tradição, pois existem há décadas, isso quando não remontam à época colonial. Outros, mais modernos, são tidos como “conquistas sociais” (quando na verdade são conquistas anti-sociais), razão pela qual não seria “politicamente correto” buscar abolir tais conquistas, quem o fizer ficará isolado e será malvisto.

De onde serão tiradas a coragem e a ousadia para iniciar o necessário processo de “republicanização” das nossas leis, expurgando-as dos privilégios que por meio delas se introduziram entre nós, é coisa que deve ser com urgência investigada. Mas talvez a fonte não se encontre alhures, talvez ela esteja em cada um de nós. Cada um que investigue e cumpra o seu papel. Foi o que fez o Ministro Marco Aurélio, do STF, na qualidade de presidente do TSE, nos anos de 2007 e 2008. Baixou portaria abolindo (no âmbito do TSE, evidentemente) o tradicional feriado da quarta-feira da Semana Santa.**(1)** Que, há décadas, era tido como um sagrado “direito”, não apenas naquele tribunal superior, mas no âmbito mais geral das justiças da União e órgãos adjacentes. Um feriado legal, se for exato que “o costume faz a lei”. Mas sempre um privilégio, uma regalia que, conscientemente, a maioria da sociedade jamais outorgaria ao grupo favorecido.

Notas

1. As notícias podem ser resgatadas no saite www.tse.gov.br, onde publicadas nos dias 03.04.2007 e 18.03

Autor: Rômulo Pizzolatti
Desembargador Federal do Tribunal
Regional Federal da 4ª Região
Publicado na Edição 25 - 29.08.2008

As palavras são como a moeda. Quando há muita emissão de moeda, vem a inflação e a moeda perde o seu valor. Palavras usadas em excesso também são corroídas pela inflação. Assim aconteceu com as palavras “social”, “democrático”, “liberdade”, “cidadania” e, mais recentemente, “republicano” – adjetivo derivado de república. Tanto se usou esse adjetivo, nos últimos tempos, que ele, tal como a palavra de que se origina, república, perdeu seu significado original. Vale para tudo e já não vale mais nada.

Ora, a palavra “república”, tal como foi posta na nossa primeira Constituição “republicana”, de 1891, redigida por Rui Barbosa, além de altissonante era potente e precisa no significado. Não era uma simples palavra, era uma bandeira. “Abolir os privilégios de todo o gênero” – esse o seu programa.

Passados alguns anos do início da vigência da nossa primeira Constituição “republicana”, esse grande escritor que foi Lima Barreto denunciava, em crônicas publicadas na imprensa, que o projeto “republicano” de abolição dos privilégios de todo o gênero

descambara em ampliação dos privilégios de todo o gênero. Nessas sátiras – depois da sua morte publicadas em livro sob o título “Os bruzundangas”, hoje no domínio público e disponíveis em www.dominiopublico.gov.br –, denominou, sugestivamente, a república à brasileira de “A República dos Estados Unidos da Bruzundanga”.

Infelizmente, Lima foi um incompreendido. A obstinada campanha que moveu contra os privilégios instituídos pela novel República – depois, pelos seus vícios, chamada de “República Velha”, até porque, mais recentemente, houve uma “Nova República”, que reproduziu os vícios da “Velha” – não fez eco. Não foi ele entendido pelos leitores da época e não é entendido hoje nem pelos juristas.

Sim, não é entendido nem pelos juristas. Porque Lima, há quase cem anos, entre outros privilégios instituídos na República dos Estados Unidos da Bruzundanga, apontava o da prisão especial para os portadores de diploma de curso superior. “O nobre doutor”, dizia ele, “tem prisão especial mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Ele não pode ser preso como qualquer do povo. Os regulamentos rezam isto, apesar da Constituição, etc., etc.” (Os Bruzundangas, Cap. II – A Nobreza de Bruzundanga). Eis que ainda hoje os nossos juristas e tribunais entendem que a prisão especial é um “direito”, porque está na lei.

Embora não fosse bacharel em direito nem tivesse nenhum curso superior, Lima entendia mais de Direito do que os próprios juristas. Ele sabia, como pensador que era, distinguir nitidamente entre (a) os benefícios outorgados a grupos minoritários, por meio da lei formal, e que jamais seriam aprovados pela maioria da sociedade, se ela, devidamente esclarecida, fosse chamada a dar sua aprovação, e (b) os benefícios reconhecidos pela maioria da sociedade a grupos minoritários, em razão da necessidade de tratamento especial, como ocorre com os deficientes, as crianças e os adolescentes, os idosos et alii, ou com fundamento em responsabilidades correspondentes, do que são exemplo as prerrogativas da magistratura (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio). No primeiro caso, há privilégio; no segundo, direito. Logicamente, um privilégio não se transubstancia em direito por ser envasado na lei formal, do mesmo modo que a água tirada de uma jarra d’água não se transforma em vinho quando posta num cálice de vinho.

Ao lado da prisão especial e de outras regalias denunciadas por Lima, as nossas sucessivas repúblicas foram dilatando os privilégios. Tudo dentro da lei. Como a Lei é equiparada ao Direito, os privilégios são vistos como direitos. Toda a nossa legislação está inçada de privilégios. Privilégios tributários, privilégios trabalhistas, privilégios funcionais, privilégios eleitorais...

E privilégios previdenciários, obviamente. Porque é antiqüíssimo o nosso pendor ao amparo do Estado. Que, por sua vez, ampara uns (mais que outros) com recursos sacados do bolso de todos. Vejamos como é instituído um desses privilégios pela legislação, apesar de a Constituição dar comando contrário. O texto constitucional de 1988 estabelece que têm direito à pensão por morte do segurado (segurado homem ou segurado mulher) o seu cônjuge (se casado) ou companheiro (se houver apenas união estável) e dependentes (Constituição Federal, art. 201, inciso V). Aplicou à pensão por morte a regra fundamental, que abre o título dos Direitos e Garantias Fundamentais, de que "todos são iguais perante a lei" (Const. Federal, art. 5º, parte inicial). Assim, conforme a Constituição, tanto o homem quanto a mulher podem ser beneficiários de pensão por morte, ao lado dos dependentes, basicamente os filhos menores ou inválidos, que os pais (independentemente do sexo) têm por obrigação legal e dever moral sustentar. A legislação previdenciária (tanto a do regime geral de previdência social, quanto a dos regimes próprios dos funcionários públicos), todavia, equiparou o cônjuge ou companheiro(a) aos dependentes, a que se refere a Constituição, e a uns e outros outorga o direito de pensão sem necessidade de os primeiros comprovarem dependência econômica. Criou-se, então, um privilégio. Porque a pensão por morte, financiada com recursos de toda a sociedade (segundo a própria Constituição, art. 195), é o direito que têm os dependentes de serem amparados no caso de morte da pessoa de quem dependiam economicamente, mas será privilégio caso seja deferida a alguém que dela não necessite, por possuir atividade remunerada com a qual pode prover com dignidade à sua subsistência e à de sua família, e que, se receber a pensão nesse último caso, terá um acréscimo injustificado de renda, a expensas da sociedade.

Assim se instituem, pela via da lei, os privilégios. Alguns grupos minoritários são favorecidos, sem que haja justificativa nos fatos. Se a maioria da sociedade, que está excluída do benefício, fosse esclarecida sobre o caso e se lhe fosse pedida a aprovação, fatalmente a negaria. Como a maioria da sociedade não é esclarecida, mas aprova os favores, por obra do sistema representativo, tem-se a falsa impressão de que os grupos minoritários obtiveram os favores legitimamente à maioria e que, portanto, têm "direito".

É fácil instituir privilégios, o problema é suprimi-los. Aparentemente, não seria difícil, pois no Brasil os juízes e tribunais são dotados do formidável poder de controle da constitucionalidade das leis. Uma lei que institui um privilégio é inconstitucional, no âmbito da República, cujo lema é "todos são iguais perante a lei". Entre nós, a declaração de inconstitucionalidade pode ser pedida, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, por órgãos estatais (Ministério Público e

outros) e até por um órgão público não-estatal, ao qual foi conferida legitimidade para a defesa da Constituição, dos direitos humanos e da ordem jurídica do Estado democrático de direito, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Também pode ser pedida, no âmbito dos processos, pelas partes ou mesmo declarada de ofício pelo juiz ou pelo tribunal.

A dificuldade está em que a simples atribuição de competência a determinados órgãos para postular e a outros para declarar a inconstitucionalidade de uma lei instituidora de privilégio não supre a coragem e a ousadia indispensáveis para repelir a tradição e o que a opinião dominante entende como “politicamente correto”. Alguns privilégios têm por si a tradição, pois existem há décadas, isso quando não remontam à época colonial. Outros, mais modernos, são tidos como “conquistas sociais” (quando na verdade são conquistas anti-sociais), razão pela qual não seria “politicamente correto” buscar abolir tais conquistas, quem o fizer ficará isolado e será malvisto.

De onde serão tiradas a coragem e a ousadia para iniciar o necessário processo de “republicanização” das nossas leis, expurgando-as dos privilégios que por meio delas se introduziram entre nós, é coisa que deve ser com urgência investigada. Mas talvez a fonte não se encontre alhures, talvez ela esteja em cada um de nós. Cada um que investigue e cumpra o seu papel. Foi o que fez o Ministro Marco Aurélio, do STF, na qualidade de presidente do TSE, nos anos de 2007 e 2008. Baixou portaria abolindo (no âmbito do TSE, evidentemente) o tradicional feriado da quarta-feira da Semana Santa.⁽¹⁾ Que, há décadas, era tido como um sagrado “direito”, não apenas naquele tribunal superior, mas no âmbito mais geral das justiças da União e órgãos adjacentes. Um feriado legal, se for exato que “o costume faz a lei”. Mas sempre um privilégio, uma regalia que, conscientemente, a maioria da sociedade jamais outorgaria ao grupo favorecido.

Notas

1. As notícias podem ser resgatadas no saite www.tse.gov.br, onde publicadas nos dias 03.04.2007 e 18.03